

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2023, às 10h30min, em segunda convocação, os membros do Conselho de Administração
2 da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo e representantes da Agência Peixe Vivo (APV) se reuniram para a realização da 44ª Reunião
3 Ordinária do Conselho de Administração, através de uma videoconferência via plataforma do Teams no seguinte
4 link: https://teams.microsoft.com/j/meetupjoin/19%3ameeting_OWMzOTdKYTgtMzFhYy00ZDU1LTljZDgtMGU1NjhiOWQ1OTYx%40t
5 hread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22cb523019-54f6-4658-a4f9-2b208db1eea7%22%2c%22oid%22%3a%222c0b3058-720f-
6 4e9c-8be5-b6eed0dbab07%22%7d. **Participaram os seguintes associados:** Gustavo Henrique Costa Simões - Cia de Fiação e Tecidos
7 Cedro e Cachoeira; Jadir Silva de Oliveira – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Nelson Cunha Guimarães –
8 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Kenede Antônio dos Reis – Associação AMA Pangeia; Valter Vilela Cunha -
9 membro independente e Odorico Pereira de Araújo - membro independente. **Participantes da Agência Peixe Vivo (APV):** Elba Alves
10 Silva – diretora geral; Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – gerente de administração e finanças; Rúbia Santos Barbosa Mansur
11 - gerente de integração; Thiago Batista Campos - gerente de projetos; Tais Passos Guimarães - coordenadora jurídica e gerente interina
12 de gestão estratégica; Alcione Eneida Santos - analista de gestão estratégica. Representando a Tanto Comunicações, Juciana
13 Cavalcanti. **Início da reunião. Item 1. Abertura e verificação de quórum.** Confirmada a verificação do quórum, pela secretária *ad hoc*,
14 a sra. Alcione Eneida Santos, saúda e agradece a todos. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões declara aberta a reunião para dar início
15 aos trabalhos. **Item 2. Aprovação das justificativas dos ausentes pela maioria dos presentes.** Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (VALE
16 SA) justificou previamente a ausência por ter uma reunião com o Comitê de Bacia Hidrográfica Piracicaba no período das 08h30 às
17 12h. Samuel Barreto justificou previamente a ausência devido compromisso no mesmo horário. A justificativa foi aprovada por
18 unanimidade pelos presentes. **Questão de ordem. Inversão da pauta dos itens 6, 5 e 4. Item 6. Autorização para a Agência de Bacia**
19 **Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo celebrar Contrato de Gestão com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM,**
20 **com a interveniência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará - CBH do Rio Pará.** A sra. Tais Passos Guimarães projeta para
21 aprovação a minuta da Resolução nº 31, de 19 de dezembro de 2023, que materializa a aprovação do Contrato de Gestão da Agência
22 Peixe Vivo com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, com a interveniência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará -
23 CBH do Rio Pará, para exercer as funções de competência da agência de bacia hidrográfica no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio
24 Pará. Ressalta que a referida minuta foi previamente encaminhada para análise com a convocatória, ressaltando que foram feitas
25 duas alterações pontuais na redação, necessárias para inserir os dados da reunião do CERH que deliberou sobre a equiparação da
26 entidade e o número do respectivo processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Em suma, esclarece que a minuta do contrato
27 atende aos parâmetros legais e está apta para assinatura, sendo que em relação à versão do contrato anterior, foram feitas algumas
28 textuais para evitar interpretação dúbia e outras questões de ordem prática, como a periodicidade do relatório de gestão que
29 anteriormente era trimestral e agora será semestral. Todavia, ressalva que durante a análise da minuta do contrato de gestão em
30 tela, deu início a algumas tratativas para criar uma minuta padrão de contrato de gestão que passe a disciplinar alguns temas e
31 procedimentos que não possuem regulamento específico e lacunas encontradas em decretos e regulamentos. Após solicitado pelo
32 sr. Gustavo Henrique Costa Simões, a sra. Tais Passos Guimarães exemplifica que uma das pretensões seria detalhar procedimentos
33 sobre os prazos para análise das prestações de contas no contrato, com um prazo para uma devolutiva ainda que parcial, bem como,
34 remanejamento de recursos e ajustes orçamentários em frustração da expectativa de arrecadação fave que possa impactar no
35 planejamento anual da APV. Contudo, a análise de tais questões depende de envio de nota técnica jurídica, apreciação da
36 Procuradoria do Estado e nota do IGAM, mas com o contrato firmado é possível levantar os debates respeitando cada etapa e,
37 havendo entendimentos, poderão ser firmados termos aditivos. Por fim, a sra. Tais Passos Guimarães pontua que pretendem criar
38 um grupo de estudo de pesquisa com o jurídico de outras EDs para unificar as minutas dos contratos de gestão no âmbito federal e
39 estadual. Concluída as explicações, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões coloca em votação a autorização para a celebração do
40 Contrato de Gestão da Agência Peixe Vivo com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, com a interveniência do Comitê da
41 Bacia Hidrográfica do Rio Pará - CBH do Rio Pará. Não havendo manifestação, a Resolução nº 31, de 19 de dezembro de 2023 foi
42 aprovada por unanimidade. **Item 5. Aprovação da Resolução ad referendum nº 29, de 30 de outubro de 2023, que dispõe sobre a**
43 **composição da Diretoria Executiva da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo.** Com a palavra o sr. Gustavo
44 Henrique Costa Simões explica para os presentes que a resolução em questão, enviada junto a convocatória, formaliza a atualização
45 da diretoria executiva da APV, composta pela diretoria geral e gerências. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões coloca em votação. O
46 normativo para ser referendado e a Resolução ad referendum nº 29, de 30 de outubro de 2023, foi aprovada por unanimidade. **Item**
47 **4. Aprovação do calendário das reuniões ordinárias do CA para 2024: 05/02/2024; 11/03/2024; 13/05/2024; 13/08/2024; 13/12/2024.**
48 O sr. Gustavo Henrique Costa Simões informa para os presentes que solicitou para a secretaria executiva que o tempo das reuniões
49 seja padronizado em duas horas para que as pautas sejam debatidas com tranquilidade. O sr. Nelson Cunha Guimarães corrobora,
50 acrescentando que é necessário ter um espaço para discutir assuntos estratégicos, inclusive desdobramentos da reunião entre os
51 conselheiros e IGAM no que se refere ao assunto das inadimplências presentes nas bacias. Na sequência, a Alcione Eneida Santos
52 apresenta a proposta para as datas das reuniões ordinárias, respeitando o estatuto social e o período de prestação de contas e, após
53 ajustes solicitados pelos conselheiros, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões coloca em votação as datas de 05/02/2024, 11/03/2024,
54 13/05/2024, 12/08/2024 e 16/12/2024, aprovadas por unanimidade. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões solicitou o envio do
55 calendário das reuniões para os conselheiros, constando os horários previstos. Com a palavra, a sra. Tais Passos Guimarães comunica
56 que o calendário, assim como as convocatórias serão divulgados no site e a agenda será enviada para ciência dos órgãos gestores e
57 comitês. **Item 3. Informes Gerais. I. Renúncia da Conselheira Paula Meireles Aguiar.** Com a palavra, a sra. Tais Passos Guimarães
58 informa que a sra. Paula Meireles Aguiar após assumir o cargo de chefe de gabinete na FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente)

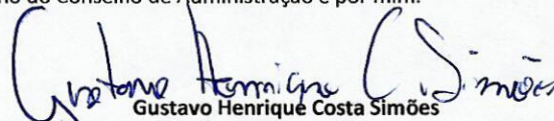


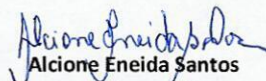
59 precisou renunciar como membro independente do Conselho de Administração devido disponibilidade de tempo e para evitar
60 situações de conflito. Considerando a cadeira de membro independente vaga, os Conselheiros decidem esperar o retorno do sr. Vitor
61 Feitosa sobre a sua disponibilidade para ingressar no CA e suscitaram outros nomes como o da sra. Patrícia Boson, sra. Maria de
62 Lourdes Pereira dos Santos, sra. Heloísa França e sr. João Paulo Sarmento. **II. Avanços e perspectivas na execução dos projetos**
63 **desenvolvidos pela Agência Peixe Vivo.** Com a palavra, o sr. Thiago Batista Campos apresenta os avanços e perspectivas da Gerência
64 de Projetos abordando os seguintes conteúdos: Competência da Gerência de Projetos de acordo com o Estatuto Social da APV;
65 atividades de rotina; linhas de investimento; composição da gerência de projetos; evolução constante para avaliação da qualidade e
66 produtividade; comparativos em distintos períodos; boas práticas gerenciais e, pontos fortes e desafios. Com a palavra, o sr. Gustavo
67 Henrique Costa Simões parabeniza a apresentação e destaca a importância do compartilhamento dessas informações que é
68 corroborado pelo sr. Valter Vilela Cunha. **III. Edital ANA de Chamamento Público nº 02/2023, que busca selecionar Organização da**
69 **Sociedade Civil (OSC) para exercer a função de secretaria executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica.** Com a palavra, a sra. Elba Alves
70 Silva informa sobre o lançamento do edital para a seleção de organização da sociedade civil para instalação e operacionalização de
71 escritório de apoio ao comitê da bacia hidrográfica do rio Parnaíba (CBH Parnaíba), projeto no valor é de R\$3.000.000,00 (três milhões)
72 por um período de três anos, tendo como objeto a secretaria executiva do comitê, instalação do escritório regional e plano de ação e
73 mobilização. Esclarece que APV estudou apresentar submeter a proposta em um valor superior, mais factível, assumindo riscos de
74 prejuízo na classificação. Reforça que, após os três anos, o objetivo estratégico é que a APV seja a entidade delegatária deste comitê.
75 Com a palavra, o sr. Valter Vilela Cunha pergunta sobre a taxa de administração a qual é respondido que não há e que no caso os
76 benefícios são futuros, conforme explicado. Os srs. Valter Vilela Cunha e Gustavo Henrique Costa Simões questionam sobre possíveis
77 demissões e previsão de contingenciamento de recursos. Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva diz que não há previsão no edital para
78 fundo de reserva trabalhista, mas é algo que pode ser verificado dentro do valor sugerido. O contingenciamento também não está
79 previsto em edital, porém o sr. Thiago Batista Campos informa que a APV irá apresentar junto com a proposta o cronograma de
80 desembolso, uma vez que a APV não tem capital de giro necessário para implantação inicial. Assim, a proposta é apresentar parcelas
81 semestrais, verbas antecedentes, pelo menos por um período de seis meses. Após explicações, os srs. Gustavo Henrique Costa Simões
82 e Valter Vilela Cunha sugerem que estas questões sejam discutidas com a ANA e o IGAM no ano de 2024 para evitar problemas com
83 ações trabalhistas e contingenciamento, diante de problemas futuros. Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva diz que a ANA informou
84 que tais questões de cunho trabalhista precisam ser verificadas. Ademais, diz que considerando a flexibilidade do edital é possível
85 inserir as propostas para garantir segurança no fechamento do contrato. **IV – Reunião IGAM / APV realizada no dia 24/11/2023.**
86 Item de pauta discutido dentro do primeiro tópico dos assuntos gerais. **Item 7. Assuntos gerais. I. Prestação de contas e**
87 **inadimplências.** Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões reforça que o maior desafio para o ano de 2024 é a questão da
88 redução dos números da inadimplência, porém acompanhado da aprovação da prestação de contas, que apresentou um
89 direcionamento, mas que ainda precisa ser conduzido junto ao IGAM. Na oportunidade, o sr. Valter Vilela Cunha ressalta a importância
90 da atualização do cadastro que tende a gerar a inadimplência. Informa que considerando uma porcentagem de 71% de
91 descumprimento, este assunto foi encaminhado para a diretoria do CBH Velhas, uma vez que, segundo o IGAM, não é possível verificar
92 os motivos da inadimplência. Assim, um dos planos de ação do CBH Velhas em parceria com o IGAM para o ano de 2024 é atualizar
93 o cadastro para tentar minimizar os descumprimentos. O sr. Odorico Pereira de Araújo acrescenta que ocasionalmente o IGAM não
94 tem informações consistentes sobre os usuários de água, podendo estes estarem inativos e sem ciência das cobranças devido ausência
95 de boletos e atualização das informações de cadastro. Como sugestão cita a possibilidade de visitas aos usuários que apesar dos custos
96 pode gerar bons resultados. Na sequência do debate, o sr. Jadir Silva de Oliveira diz que o estado não tem total controle da
97 inadimplência e que após a constatação dos pagamentos atrasados o instrumento utilizado é o encaminhamento para a dívida ativa
98 que não é algo que gera problema direto para o empreendedor, sendo pouco eficiente este instrumento. No seu entendimento, o
99 próprio comitê deveria criar uma estrutura através dos recursos da tecnologia da informação para auxiliar por exemplo, o IGAM, no
100 momento de emissão dos boletos informar o que foi realizado de cobrança por região. No mais, corroborando com sr. Odorico Pereira
101 de Araújo, acredita que o comitê deveria investir, através do recurso da cobrança ou não, em equipes estratégicas para a realização
102 de visitas aos usuários. Para complementar, o sr. Valter Vilela da Cunha informa que o IGAM não emite os boletos e encaminha para
103 os usuários. Cabe aos usuários realizar o procedimento no sistema do IGAM, que no seu entendimento, é um fator complexo. Ato
104 contínuo, diz que a proposta que está em discussão no CBH Velhas é identificar os não pagantes através de visita em campo e
105 consequentemente atualizar o cadastro dos inativos e ativos, além de passar orientações sobre o uso do sistema para emissão de
106 boletos. Informa que os levantamentos realizados sucintamente pelo comitê identificaram que a ocorrência abrange pequenos e
107 grandes usuários, porém o único grande usuário do Velhas, SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Sete Lagoas, atualmente
108 tem uma dívida de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) já convertida em dívida ativa. Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa
109 Simões diz que a dívida ativa quando não judicializada tende a prescrever. Segue informando que o IGAM relatou na reunião do dia
110 24/11/2024 que os usuários que recebiam o boleto e não pagavam, ou não recebiam por erros no cadastro, atualmente não
111 imprimem, assim o IGAM considera que a nova forma de emissão de boletos não causa impacto significativo. No entanto, o sr. Gustavo
112 Henrique Costa Simões destaca que no seu entendimento é necessário um estudo para verificar se realmente não gera um impacto.
113 Com a palavra, a sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur diz que na época da mudança do sistema de pagamento a APV fez uma mobilização
114 por telefone, a pedido do IGAM, para informar ao usuário a forma de baixar o boleto. No entanto, o resultado não foi efetivo devido
115 à dificuldade de contato com a maioria dos usuários, constatando que o cadastro está defasado. Os participantes da reunião seguem
116 esclarecendo pontos sobre a dívida ativa e da importância de penalizar os usuários inadimplentes com a suspensão da renovação da

117 outorga. Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva ressalta que durante a reunião do dia 24/11/2023 na sede da APV ficou clara a
118 preocupação do IGAM em relação a inadimplência dos usuários, porém, ressalta os pontos discutidos anteriormente sobre a
119 dificuldade do IGAM em relação ao cadastro eficiente e a ausência de dados em relação a cobrança, acrescido, no seu entendimento,
120 o sistema de emissão do boleto, principalmente por ser um fator dificultador para os pequenos usuários que muitas vezes são
121 desprovidos do uso da internet. Além disso, demonstra a sua preocupação, com exceção do SAAE (Serviço Autônomo de Água e
122 Esgoto) de Sete Lagoas, da questão de a inadimplência abranger os pequenos usuários o que torna a judicialização dos processos
123 onerosos para o IGAM em relação ao próprio valor do boleto. Salienta que teve um diálogo com o diretor geral do IGAM, o sr. Marcelo
124 da Fonseca, sobre o assunto. Informa que sugeriu a emissão de um único boleto com maior prazo de pagamento, após um período
125 de acúmulo de aproximadamente 03-05 anos para beneficiar o acerto dos pequenos usuários e a própria gestão do IGAM em relação
126 aos descumprimentos. Segue explicando que é importante organizar as questões levantadas para não prejudicar o instrumento e o
127 sistema de gerenciamento e consequentemente a APV, além da importância do plano de comunicação continuado para acessar os
128 distintos usuários, cadastrá-los adequadamente e mobilizá-los sobre a importância da realização do pagamento. Ato contínuo,
129 informa que no dia 07/12/2023 esteve na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) juntamente com o sr. Thiago Batista
130 Campos e a sra. Taís Passos Guimarães e entre outros assuntos, foi apresentada a questão da inadimplência que também é uma
131 preocupação do CBHSF. Menciona que nesta reunião, com participação da superintendente adjunta sra. Renata Rozendo Maranhão,
132 foi acordado que a APV e a ANA realizarão um trabalho para tentar sanar a situação da inadimplência. Outrossim, o plano de
133 comunicação também foi abordado e acatado pela ANA, objetivando a redução dos descumprimentos e garantir a segurança no
134 potencial de arrecadação que reflete diretamente nas despesas da APV. Com a palavra o sr. Jadir Silva de Oliveira reforça a importância
135 do cadastro para preencher as lacunas sobre o perfil dos usuários de água, por exemplo, quando o consumo é equivalente a 86.000
136 (oitenta e seis mil) litros de água por dia e não é passível de outorga e consequentemente de pagamento e o contrário, quando é
137 necessário a cobrança. Segue questionando se a APV pode ser responsável pela emissão dos boletos dos respectivos cadastrados,
138 além de questionar se é viável investir em cobranças abaixo de R\$ 100,00 (cem reais), pois dentro do montante da cobrança, é
139 importante saber o que representa de volume para um direcionamento significativo, ou seja, qual é a representatividade do 71% de
140 inadimplentes citado pelo IGAM. Na oportunidade, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões pergunta se o IGAM enviou os dados
141 apresentados na reunião referente ao questionamento do sr. Jadir Silva de Oliveira. A sra. Taís Passos Guimarães informou que sim.
142 Retomando a palavra, o sr. Jadir Silva de Oliveira pergunta se é 71% número ou valor de cobrança, sendo respondido que é em
143 número. Segue contextualizando os diferentes perfis de usuários, irrigantes e indústrias com modelos de medição e cobrança, por
144 exemplo, e conclui reforçando a necessidade de uma análise detalhada. Com a palavra, o sr. Kenede Antônio dos Reis diz que
145 realmente é importante definir o perfil dos usuários e consequentemente favorecer o sistema de cadastro em relação a inadimplência
146 e, no seu entendimento, acredita que o IGAM deveria gerenciar os seus colaboradores para os levantamentos dos dados. Na
147 oportunidade, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões solicita que as sras. Elba Alves Silva e Taís Passos Guimarães avaliem uma
148 formalização, bem como para que possíveis reuniões com o IGAM sejam realizadas de maneira que estes assuntos sejam revistos
149 periodicamente, por exemplo, pois se trata de uma forma da APV auxiliá-los diretamente com a demanda da inadimplência. Salienta
150 que uma redução no índice das inadimplências pode ser benéfica nas discussões do aumento do valor da cobrança. O sr. Odorico
151 Pereira de Araújo lembra que após um problema de liberação de outorga e licenciamentos, através de parceria com o Ministério
152 Público e um grupo de apoio, foi possível agilizar essas demandas. Na oportunidade, faz um alerta sobre possível contingenciamento
153 de verba do governo federal para os estados. Diz que considerando a redução dos recursos para investimentos destinados as
154 atividades e contratações, acredita que cabe a todos conduzir os trabalhos e evitar o aumento dos descumprimentos. Com a palavra,
155 a sra. Taís Passos Guimarães corrobora com as sugestões apresentadas e diz que o sr. Michael Jacks de Assunção, analista ambiental
156 do IGAM, informou que na reunião do CBH do rio Araguaí para analisar a questão da inadimplência foi criado um grupo de trabalho
157 para discutir estratégias de emissão de boleto por parte do comitê e entidade e posterior envio para os usuários do meio rural. Sobre
158 o ofício de encaminhamento para o IGAM, salienta a possibilidade de relacionar o requerimento com o contrato de gestão, ou seja,
159 verificar as disposições do contrato com as obrigações do sistema de informação do IGAM atualizado. Feitos os comentários, o sr.
160 Gustavo Henrique Costa Simões reforça a importância das reuniões com o IGAM e o sr. Kenede Antônio dos Reis sugere que estas
161 sejam documentadas para formalizar os assuntos discutidos e apresentar quando necessário. Após lhe ser facultada a palavra, a sra.
162 Elba Alves Silva explica que entidade delegatária não tem atribuição para emissão de boletos, sendo competência primordial do IGAM.
163 Legalmente, a transferência de função seria possível para agência de bacia como ente de estado. Segue agradecendo ao sr. Valter
164 Vilela Cunha sobre a informação da linha de corte de R\$100,00 (cem reais), mas ainda considera inviável para processos de
165 judicialização, por isso é favor do acúmulo mencionado anteriormente. Ainda neste contexto, evidencia a sua preocupação nos atos
166 de isenção de pagamentos, pois a cobrança permite a racionalização do recurso. Destarte, apoia as sugestões de reuniões com o IGAM
167 para abordar os pontos necessários. Na oportunidade, a título de informação, diz que segundo a ANA o valor do descumprimento
168 estimado entre os grandes usuários é de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões), diferente do IGAM que contempla os pequenos
169 usuários. Conclui que a ANA tem ciência que a APV está disponível para ajudar na resolução deste problema. Sobre a prestação de
170 contas, a sra. Elba Alves da Silva diz que os procedimentos estão bem pontuados com a ANA, incluindo a manifestação de aprovação
171 até 2021. Em relação ao IGAM, embora preocupante, está em andamento, inclusive foram aprovadas as contas de 2010-2011 e,
172 atualmente está em análise as contas referentes ao ano de 2012. Avisa aos conselheiros que os altos valores de diárias,
173 aproximadamente R\$900.00,00 (novecentos mil), questionados pelo IGAM foram aprovados. Destaca o trabalho minucioso realizado
174 pelas sras. Berenice Coutinho Malheiros dos Santos e Rúbia Santos Barbosa Mansur para verificar todas as informações solicitadas



175 pelo IGAM. Ato contínuo, diz que o sr. Marcelo da Fonseca pontuou que o IGAM está alterando os procedimentos para contribuir com
176 as análises e consequente aprovação. Ademais, a sra. Elba Alves Silva reforçou em reunião com o IGAM sobre a importância de não
177 ter pendências de prestação de contas, uma vez que a APV foi indicada para ser a entidade delegatária dos demais afluentes do Rio
178 São Francisco. Sobre a questão da glosa, a sra. Tais Passos Guimarães informa que após o levantamento de dados realizado pelas sras.
179 Berenice Coutinho Malheiros dos Santos e Rúbia Santos Barbosa Mansur a expectativa é que seja cancelada. Com a palavra, o sr.
180 Odorico Pereira de Araújo demonstra preocupação aos possíveis questionamentos e penalização da APV ao ser indicada como
181 delegatária de bacia e possuir contas não aprovadas, uma vez que o Tribunal de Contas tem uma visão diferenciada do próprio IGAM.
182 Em corroboração, o sr. Kenede Antônio dos Reis acrescenta que é necessário transparência para evitar problemas futuros. A sra. Elba
183 Alves Silva diz que mesmo com o avanço, inclusive foi encaminhado ofício em relação a prestação de contas de 2012, a preocupação
184 é constante. Para concluir o assunto, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões diz que apesar dos percalços é necessário manter um
185 diálogo harmônico para a condução dos trabalhos e questiona se há outros assuntos gerais a serem tratados. Na oportunidade, a sra.
186 Berenice Coutinho Santos Malheiros fala sobre o trabalho de execução da APV com um recorde de aproximadamente
187 R\$59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de reais). **II. Cursos de capacitação dos Comitês.** Com a palavra, o sr. Kenede Antônio
188 dos Reis explica que após cancelamento do curso de capacitação que seria realizado com membros do CBH Pará, verificou a
189 necessidade da criação de cursos virtuais para os conselheiros, abrangendo assuntos como sistema de recursos hídricos e os diferentes
190 papéis dos comitês, agência e órgãos gestores. Acredita que assim ocorrerá maior adesão sem riscos de cancelamento por
191 indisponibilidade dos membros. Com a palavra, a sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur diz que foi criado o curso de capacitação para os
192 membros do Pará e Velhas com foco na contextualização do sistema, papel de cada ator, contrato de gestão e plano de trabalho.
193 Corroborando com a proposta do curso de capacitação virtual, porém é necessário realizar também no formato presencial para alinhar
194 as informações com os novos membros. A título de informação, diz que o plano de capacitação do São Francisco e Velhas está em
195 fase de conclusão, e posteriormente será feito com o Pará. Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões destaca a importância
196 da proposta do curso e acrescenta que é viável realizar também um curso diretamente para os conselheiros. A sra. Rúbia Santos
197 Barbosa Mansur, diz que esta proposta está em andamento. **Item 8. Resumo dos Encaminhamentos.** A sra. Alcione Eneida Santos
198 sintetiza os encaminhamentos da seguinte forma: envio do calendário; reunião IGAM; contatos com os indicados para a vaga de
199 membro independente do CA; envio da apresentação do sr. Thiago Batista Campos e curso de capacitação. **Item 9. Forma de**
200 **aprovação da ata da reunião (e-mail ou assinatura).** O sr. Gustavo Henrique Costa Simões coloca em votação a possibilidade de
201 aprovação da ata desta reunião através da manifestação formal dos presentes, por e-mail, a metodologia foi aprovada por
202 unanimidade. **Item 10. Encerramento.** Não havendo mais assuntos a serem debatidos, o presidente interino do Conselho de
203 Administração da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo agradece a participação de todos os presentes e às
204 13h00min, encerra a reunião, da qual eu, Alcione Eneida Santos, secretária *ad hoc*, lavrei esta ata, que, depois de lida e aprovada,
205 será assinada pelo presidente interino do Conselho de Administração e por mim.

206
207
208
209
210

Gustavo Henrique Costa Simões
Presidente Interino do Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo

211
212
213
214

Alcione Eneida Santos
Secretária *ad hoc*